

RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.555 - MG (2012/0032017-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : VIACAO RIODOCE LTDA
ADVOGADO : EVANDRO FRANÇA MAGALHÃES E OUTRO(S) - MG033017
RECORRIDO : L F DE A M
ADVOGADO : DÁRCIO LOPARDI MENDES JÚNIOR E OUTRO(S) - MG096487

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por VIAÇÃO RIODOCE LTDA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado: contra assim ementado:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO NO TRANSPORTE DE MENOR QUE CONTRIBUIU PARA O SEU SEQUESTRO E ABUSOS, INCLUSIVE SEXUAIS. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PRESTADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EXCLUDENTES NÃO COMPROVADAS. A pessoa jurídica de direito privado que presta serviço público responde objetivamente pelos danos causados a terceiros, razão pela qual demonstrados o dano e o nexo de causalidade entre o fato danoso e a ação ou omissão do preposto da empresa, bem como ausente qualquer prova de excludente, surge para a permissionária o dever de indenizar. Os danos sofridos pela vítima menor de idade, indevidamente transportada sem a autorização dos pais ou judicial, que foi sequestrada e que sofreu gravíssimos abusos, justificam a condenação ao pagamento de dano moral, em patamar expressivo (fl. 376).

A recorrente, apontando ofensa aos arts. 131 e 535, II, do CPC/73, afirma que: "9. O *v. acórdão* não se manifestou sobre o nexo causal, embora seja essencial e indispensável para se configurar qualquer espécie de responsabilidade civil, inclusive a responsabilidade civil objetiva e sobre o fato de que o recorrido era maior de 12 anos". 10. O recorrido teria viajado de Teófilo Otoni a Divisa Alegre, em transporte coletivo realizado por várias empresas de ônibus. Como admitido por ele próprio em sua inicial, ele foi transportado de Juiz de Fora para Belo Horizonte pela Viação Atual Ltda e depois da Capital Mineira para Teófilo Otoni em um veículo tipo Van. Todavia, não comprovou que viajou de Teófilo Otoni para Divisa Alegre e, no dia seguinte, para a

cidade de Cândido Sales-BA, em ônibus da Viação Riodoce Ltda" (fl. 422).

Alega violação dos arts. 186, 927 e 403 do CC, sustentando, em síntese, ausência de nexo causal entre a conduta omissiva da recorrente e o dano sofrido pelo recorrido. A teor das razões, "o fundamento nuclear do acórdão é, tão somente, o pretenso descumprimento pela empresa de transporte público de um dever de fiscalização, que se considera imputável a ela, ou seja, não exigiu a identificação da vítima e nem dos seus sequestradores, permitindo, assim, o transporte. Contudo, de acordo com a correta interpretação do direito federal em debate, a responsabilidade civil não se configura apenas com o descumprimento de um dever que é imputável previamente. Também se exige o nexo de causalidade entre essa conduta tida por ilícita, contraventora do pretenso dever jurídico exigível previamente, e o dano que se reconhece ter sido causado à vítima como resultado direto e imediato do ato ilícito" (fl. 424). "A cadeia causal, retratada no presente caso, demonstra que o crime de sequestro, consumado muito antes da utilização do serviço de transporte prestado pela recorrente, não tem como causa direta e imediata a pretensa omissão da empresa em solicitar o documento de identificação, o que, se tivesse ocorrido, poderia não alterar em nada, tendo em vista a idade acima de 12 anos do recorrido. Enfim, essa pretensa conduta omissiva atribuída à recorrente, de descumprimento do dever fiscalizatório, poderia ser, ad argumentandum tandum - pois, como demonstrado, nem causa pode ser considerada, por se tratar de ação de terceiros - causa indireta ou meramente remota, que não se vincula ao crime com a exigida relação de necessariedade, havendo outras causas interferido de maneira necessária, direta e determinante na produção do resultado, podendo-se destacar duas principais: ação criminosa do inquilino de seus parentes e falta de cuidado dos pais" (fl. 427).

Contrarrazões (fls. 477/485).

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Na espécie, a instância ordinária julgou procedente pedido formulado em ação de indenização contra empresa de transporte rodoviário, relativo à reparação de "danos sofridos pela vítima menor de idade, indevidamente transportada sem a autorização

dos pais ou judicial, que foi sequestrada e que sofreu gravíssimos abusos" (fl. 376)

Em seu recurso especial, a VIAÇÃO RIODOCE LTDA aponta deficiência na fundamentação e omissão no acórdão recorrido a respeito de nexo causal e da comprovação da viagem em ônibus da recorrente. Cabe examinar, no presente agravo interno, tão somente a parte impugnada da decisão hostilizada, permanecendo incólumes os fundamentos não refutados pela parte agravante.

Sem razão.

Segundo o acórdão recorrido ficou claro que o transporte foi realizado pela recorrente. Ademais, está consignado que foram demonstrados o dano e o nexo de causalidade entre o fato danoso e a ação ou omissão do preposto da empresa.

A respeito, observa-se que a instância ordinária dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. O aresto recorrido está devidamente motivado, havendo fundamentação suficiente à resolução da controvérsia. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.170.313/RS; REsp 494.372/MG; AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS.

No tocante a responsabilidade civil, alega a recorrente que *"o fundamento nuclear do acórdão é, tão somente, o pretenso descumprimento pela empresa de transporte público de um dever de fiscalização, que se considera imputável a ela, ou seja, não exigiu a identificação da vítima e nem dos seus sequestradores, permitindo, assim, o transporte"* (fl. 424). Afirma que *"essa pretensa conduta omissiva atribuída à recorrente, de descumprimento do dever fiscalizatório, poderia ser, ad argumentandum tandum - pois, como demonstrado, nem causa pode ser considerada, por se tratar de ação de terceiros - causa indireta ou meramente remota"* (fl. 427).

Com efeito, na aferição do nexo de causalidade, a doutrina majoritária de Direito Civil adota a teoria da causalidade adequada ou do dano direto e imediato, de maneira que somente se considera existente o nexo causal quando o dano é efeito necessário e adequado de uma causa (ação ou omissão). Somente estará configurado o nexo de causalidade a ensejar a responsabilidade civil do agente quando a conduta ou omissão por ele perpetrada for determinante e diretamente ligada ao dano. A propósito:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL.

PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. FUGA DE PACIENTE MENOR DE ESTABELECIMENTO HOSPITALAR. AGRAVAMENTO DA DOENÇA. MORTE SUBSEQUENTE. NEXO DE CAUSALIDADE. CONCORRÊNCIA DE CULPAS. RECONHECIMENTO. REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Não incidem as normas do Código de Defesa do Consumidor, porquanto o evento danoso ocorreu em data anterior à sua vigência.

Ficam, assim, afastadas a responsabilidade objetiva (CDC, art. 14) e a prescrição quinquenal (CDC, art. 27), devendo ser a controvérsia dirimida à luz do Código Civil de 1916.

2. Aplica-se o prazo prescricional de natureza pessoal de que trata o art. 177 do Código Civil de 1916 (vinte anos), em harmonia com o disposto no art. 2.028 do Código Civil de 2002, ficando afastada a regra trienal do art. 206, § 3º, V, do CC/2002.

3. Na aferição do nexo de causalidade, a doutrina majoritária de Direito Civil adota a teoria da causalidade adequada ou do dano direto e imediato, de maneira que somente se considera existente o nexo causal quando o dano é efeito necessário e adequado de uma causa (ação ou omissão). Essa teoria foi acolhida pelo Código Civil de 1916 (art. 1.060) e pelo Código Civil de 2002 (art. 403).

4. As circunstâncias invocadas pelas instâncias ordinárias levaram a que concluíssem que a causa direta e determinante do falecimento do menor fora a omissão do hospital em impedir a evasão do paciente menor, enquanto se encontrava sob sua guarda para tratamento de doença que poderia levar à morte.

5. Contudo, não se pode perder de vista sobretudo a atitude negligente dos pais após a fuga do menor, contribuindo como causa direta e também determinante para o trágico evento danoso. Está-se, assim, diante da concorrência de causas, atualmente prevista expressamente no art. 945 do Código Civil de 2002, mas, há muito, levada em conta pela doutrina e jurisprudência pátrias.

6. A culpa concorrente é fator determinante para a redução do valor da indenização, mediante a análise do grau de culpa de cada um dos litigantes, e, sobretudo, das colaborações individuais para confirmação do resultado danoso, considerando a relevância da conduta de cada qual. O evento danoso resulta da conduta culposa das partes nele envolvidas, devendo a indenização medir-se conforme a extensão do dano e o grau de cooperação de cada uma das partes à sua eclosão.

7. Recurso especial parcialmente provido (REsp 1307032/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe, 1.8.2013).

1. RECURSO ESPECIAL. DE BRAZUCA AUTO POSTO LTDA. - EPP E JAYRO FRANCISCO MACHADO LESSA. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. VAZAMENTO DE GASOLINA EM POSTO DE COMBUSTÍVEL. DANOS MATERIAIS E AMBIENTAIS DE GRANDES PROPORÇÕES. NEXO DE CAUSALIDADE. TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA. CONCORRÊNCIA DE CAUSAS. RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE RECÍPROCA DOS LITIGANTES PELA ECLOSÃO DO EVENTO DANOSO. INDENIZAÇÃO DIVIDIDA PROPORCIONALMENTE ENTRE AS PARTES. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 2. RECURSO ESPECIAL DA PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO ÚNICA. INTERPOSIÇÃO CONTRA DUAS SENTENÇAS. PROCESSOS DISTINTOS. ALEGADA OFENSA AO INSTITUTO DA PRECLUSÃO. JULGAMENTO DO RESP 1.496.906/DF. RECONHECIMENTO DA PERDA DE OBJETO. APELO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. Para a caracterização da responsabilidade civil, antes de tudo, há de existir e estar comprovado o nexo causal entre o dano e a conduta comissiva ou omissiva do agente e afastada qualquer das causas excludentes do nexo de causalidade.

2. A doutrina endossada pela jurisprudência desta Corte é a de que o nexo de causalidade deve ser aferido com base na teoria da causalidade adequada, adotada explicitamente pela legislação civil brasileira (CC/1916, art. 1.060 e CC/2002, art. 403), segundo a qual somente se considera existente o nexo causal quando a ação ou omissão do agente for determinante e diretamente ligada ao prejuízo.

3. A adoção da aludida teoria da causalidade adequada pode ensejar que, na aferição do nexo de causalidade, chegue-se à conclusão de que várias ações ou omissões perpetradas por um ou diversos agentes sejam causas necessárias e determinantes à ocorrência do dano. Verificada, assim, a concorrência de culpas entre autor e réu a consequência jurídica será atenuar a carga indenizatória, mediante a análise da extensão do dano e do grau de cooperação de cada uma das partes à sua eclosão.

4. No caso em exame, adotando-se a interpretação das cláusulas dos contratos celebrados entre os litigantes e as premissas fáticas e probatórias, tal como delineadas na instância de origem, conclui-se que as condutas comissivas e omissas de todas as partes, cada qual em sua esfera de responsabilidade assumida contratualmente e, extracontratualmente, pela teoria do risco da atividade (CC/2002, art. 927, parágrafo único), foram determinantes para que o vazamento da gasolina gerasse os danos materiais e ambientais verificados e, inclusive,

chegasse a ter grandes proporções. Está, assim, configurada a concorrência de culpas para eclosão do evento danoso, sendo certo que cada litigante deve responder na proporção de sua contribuição para a ocorrência do dano.

5. Considerando o decidido REsp 1.496.906/DF, no sentido da viabilidade do conhecimento da apelação tanto na ação cominatória (processo n. 2004.01.1.012049-2) como na reparatória (processo n. 2003.01.1.096301-5) e em suas respectivas reconvenções, perdeu objeto o recurso especial interposto por Petrobrás Distribuidora S.A., o qual tinha por finalidade, em última análise, a declaração de nulidade do acórdão proferido na apelação em relação ao processo (processo n. 2003.01.1.096301-5).

6. Recurso especial de Brazuca Auto Posto Ltda. - EPP e Jayro Francisco Machado Lessa improvido. Recurso especial de Petrobrás Distribuidora S.A. não conhecido.

(REsp 1615971/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe, 7.10.2016).

Na espécie, o autor, representado por sua mãe, ajuizou ação de indenização por danos morais, *"alegando ter sido vítima de sequestro e agressões de toda ordem, sendo certo que foi levado para outra cidade de forma ilegal pelas rés, vez que menor impúbere, não tendo sido exigido documentação que evidenciasse autorização dos responsáveis para o transporte; [afirmou] que a falta de zelo das requeridas facilitou o êxito da ação criminosa e dificultou as diligências empreendidas pela polícia para resgate, restando claro, a seu ver, o nexo de causalidade entre os danos sofridos e a omissão das demandadas"* (fl. 304).

O magistrado de primeiro grau julgou procedente o pedido, por entender que *"a interferência direta da omissão da ré na empreitada criminosa contribuiu para a superveniência de graves violações evidenciadas por lesões de toda a ordem: físicas, sexuais e psicológicas"* (fl. 308/309). Anotou que:

In casu, a falha do serviço na qual incorreu a ré cinge-se à omissão quanto à não identificação do autor quando de seu transporte. De fato, tratando-se de menor impúbere, com doze anos completos, não poderia contratar serviço sem autorização do representante legal.

O caderno probatório oferece elementos seguros para evidenciar que o promovente foi transportado em ônibus da requerida e que

em nenhum momento lhe foi exigido qualquer documentação... (fl. 306).

A imprescindibilidade de fiscalizar o transporte de menores, além de incontroversa no ordenamento jurídico, diante da falta de capacidade para a prática de atos na vida civil, também foi reconhecida pela ré, embora não tenha tomado as cautelas necessárias no caso dos autos:

Fls. 201 - "que todo o passageiro para embarcar em um ônibus deve estar documentado; que se o passageiro não tiver nenhum documento o seu embarque é barrado".

Fls. 202 - "que nenhum passageiro é permitido ao embarque sem a exibição de documento de identidade e muito menos menor de idade "(fl. 307).

A relevância da omissão no desenrolar dos fatos é evidente, não havendo como desvencilhar o êxito da empreitada criminosa e os danos daí derivados com a omissão da ré, sobretudo porque o transporte para outra localidade foi um dos artifícios utilizados para garantir a consumação do ilícito penal.

É razoável conceber que se as sociedades empresárias que prestaram o serviço de transporte tivessem exigido documento de identificação e autorização da representante legal do menor, o crime certamente não teria sido praticado da torma como foi, evitando-se ou minorando as graves violações a direitos fundamentais (fl. 308).

A respeito do nexo causal entre a conduta omissiva da recorrente e o dano sofrido pelo recorrido, o tribunal de origem, apreciando o conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que houve falha na prestação de serviço pela recorrente, ao deixar de exigir qualquer documentação do menor, ou dos sequestradores, para realizar o transporte interestadual, o que **"contribuiu decisivamente para o sequestro do apelado"**. Confirma-se trecho do acórdão recorrido (fls. 384/38:

De todo modo, no caso dos autos houve falha evidente na prestação de serviços prestados pela apelante, que por sua vez contribuiu decisivamente para o seqüestro do apelado.

Com, efeito, contava o autor, à época dos fatos, com apenas doze anos e dois meses de idade.

E mesmo assim a apelante - por intermédio de seus prepostos - não lhe exigiu qualquer documentação, ou dos seqüestradores, para realizar o transporte interestadual (de Teófilo Otoni até a Bahia), o que contribuiu para a perpetração e continuação do crime.

O depoimento do Delegado de Polícia que presidiu o respectivo inquérito é esclarecedor:

"(...) que o menor foi levado de Juiz de Fora até Belo Horizonte pela Viação Atual e de Teófilo Otoni até a Bahia, cidade próxima a Cândido Sales pela Viação Rio Doce; (...) que o menor Luciano no seu depoimento afirmou que em momento algum durante o transporte não (sic) lhe foi exigido qualquer documento de identificação, não tendo qualquer obstáculo junto a Viação Atual e Viação Rio Doce para viajar; que essas empresas em momento algum exigiram apresentação de documentos pessoais do autor" (f. 180) Tal depoimento é corroborado por outro, feito por outro Delegado de Polícia, acostado às f. 182 dos autos.

Ou seja: fica claro que o transporte foi mesmo realizado pela apelante, que por sua vez falhou na prestação de serviço ao não exigir qualquer documentação do menor, contribuindo dessa forma pela consumação do ilícito.

O argumento de que a documentação do menor não teria sido exigida porque à época ele já contava com mais de doze anos de idade (e que, portanto, não seria exigida autorização judicial como previsto no artigo 83 do ECA) beira o absurdo: é elementar que a verificação da idade da criança ou do adolescente, para que se constate a necessidade ou não da autorização judicial, necessariamente passa pela verificação de sua identificação através de documentos.

O autor contava, à época do ilícito sofrido, com apenas doze anos e dois meses de idade, e nessas circunstâncias não é dado presumir que algum funcionário da recorrente poderia ter dispensado a identificação do menor por sabê-lo com idade superior àquela prevista no ECA - o que afasta o argumento de exercício regular de direito.

Aliás, a tese recursal contraria a própria confissão realizada por preposto da recorrente, segundo o qual "todo passageiro para embarcar em um ônibus deve estar documentado; que se o passageiro não tiver nenhum documento o eu embarque é barrado (...)" (f. 200, depoimento confirmado por outro de f. 201)

A simples exigência de documentação dificultaria a continuação do sequestro e, quiçá, poderia evitar alguns dos abusos sofridos pelo autor, como por exemplo os sexuais - que ao que consta começaram antes da viagem mas tiveram continuidade.

Como bem afirmado pela D. Procuradoria de fl. 10/17 Justiça:

"Pergunta-se qual a diferença física visível entre uma criança com onze anos, onze meses e 29 dias de vida e outra com doze anos e dois meses de vida? Obviamente que essa diferença não existe, o que consubstancia dizer que, por qualquer ângulo que se verifique

o caso dos autos, à evidência a atitude negligente da empresa transportadora contribuiu para a execução do crime de sequestro, transportando um menor em situação de extremo risco de Juiz de Fora até Belo Horizonte." (f. 293)

Ora, a falha da apelante está plenamente caracterizada, como visto, assim como o nexo causal e os danos causados (comprovados, ademais, pelo laudo pericial acostado aos autos) ao autor (fls. 384/38).

No caso, ainda que o autor tivesse mais de doze anos, o que, à época, dispensaria a autorização judicial para viajar, o fato é que, segundo consignado, não se exigiu qualquer documentação para realizar o transporte, omissão que “*contribuiu decisivamente*” para o evento danoso, o sequestro e os traumas daí advindos.

Consoante registrado pela Corte de origem, “*a simples exigência de documentação dificultaria a continuação do sequestro e, quiçá, poderia evitar alguns dos abusos sofridos pelo autor, como por exemplo os sexuais - que ao que consta começaram antes da viagem mas tiveram continuidade*” (fl. 385).

Nesse contexto, não há como afastar o nexo causal, tendo em vista que, conforme delineado pela instância ordinária, a omissão da recorrente foi determinante para a ocorrência do evento danoso.

Confirmam-se, a título ilustrativo, precedentes desta Corte, em que se reconheceu a responsabilidade civil, em razão de falha no dever de vigilância ou fiscalização:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ROUBO EM ESTACIONAMENTO GRATUITO DE SHOPPING. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ROMPIMENTO DO NEXO DE CAUSALIDADE, ACÓRDÃO OMISSO NO PONTO. EMBARGOS ACOLHIDOS EM PARTE, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. No tocante à responsabilidade do estabelecimento comercial por roubo ocorrido em estacionamento gratuito fornecido aos seus clientes, não há nenhuma omissão, contradição ou obscuridade capaz de ensejar o acolhimento dos aclaratórios.

2. Quanto ao rompimento do nexo de causalidade, o acórdão

embargado deixou de analisar a questão, devendo ser sanado o vício.

3. A doutrina majoritária entende que, na responsabilidade civil, o ordenamento pátrio adotou a teoria da causalidade adequada, segundo a qual devem ser considerados os fatos e condições que concorreram para o evento danoso, selecionando aqueles que contribuíram de forma necessária e determinante para a ocorrência do prejuízo. No caso, a conduta do shopping foi determinante para provocação do dano, pois falhou na sua obrigação de guarda e vigilância, e a conduta posterior dos criminosos não foi capaz de romper com o nexo de causalidade. Precedentes.

4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes.

(EDcl no AgRg no AREsp 790.643/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe, 1.7.2016).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS. HOMICÍDIO CULPOSO. CONDENAÇÃO CRIMINAL. RESPONSABILIDADE DOS PAIS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO. SÚMULA 284/STF. INOVAÇÃO RECURSAL. NEGLIGÊNCIA COM A ARMA DE FOGO DEMONSTRADA. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CAUSA. PATAMAR RAZOÁVEL. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

3. O tribunal de origem, mediante o exame dos elementos informativos da demanda, entendeu que ficou configurada responsabilidade da parte em razão da conduta negligente quanto a guarda de arma de fogo, o que contribuiu com o evento danoso. 4. Infirmar as conclusões do julgado demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra vedação na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

7. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 440967/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe, 21.5.2018).

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO FATAL. CONCORRÊNCIA DE CAUSAS: CONDUTA IMPRUDENTE DA VÍTIMA E DESCUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DA LINHA FÉRREA. MATÉRIA DECIDIDA PELA 2ª SEÇÃO DO STJ, SOB

O RITO DO ART. 543-C, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 (RESP n.

1.172.421/SP, DJE DE 19/9/2012). 1. A Segunda Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.172.421/SP, sob o rito do art. 543-C, do Código de Processo Civil de 1973, concluiu que, "no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando: (i) a concessionária do transporte ferroviário descumpra o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros; e (ii) a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inapropriado".

2. Na espécie, o cercamento utilizado pela concessionária ao longo da via foi insuscetível de impedir a abertura de passagens clandestinas, ainda quando existente passarela nas imediações do local do sinistro. Desse modo, à luz do entendimento firmado pela Segunda Seção desta Corte Superior, verifica-se estar configurada no caso concreto a concorrência de culpa que atrai a responsabilidade da empresa de transporte ferroviário, a qual foi levada em consideração na fixação do montante indenizatório.

3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1677477/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe, 3.5.2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE ENTRE EMBARCAÇÕES. PRETENSÃO DE REDISCUTIR REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA E INCIDÊNCIA DA SÚMULA 13/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O eg. Tribunal estadual, à luz das provas existentes nos autos, em especial da perícia, concluiu que a ora agravante contribuiu para a colisão entre embarcações, devendo pagar indenização a título de danos materiais e morais à agravada. A pretensão de revisar tal entendimento demandaria revolvimento fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, conforme Súmula 7/STJ.

(...)

4. Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp 1357975/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe, 17.12.2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO

ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO EM RODOVIA ESTADUAL. TRÂNSITO DE ANIMAIS. DEVER DE FISCALIZAÇÃO. INÉRCIA ADMINISTRATIVA. MORTE DE MENOR. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO NÃO EXORBITANTE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. Quando a inércia administrativa concorrer para a ocorrência do evento danoso, a sua omissão específica gera a responsabilidade civil do Estado.

3. Comprovada nos autos a consumação do dano, a existência de omissão estatal em fiscalizar a rodovia estadual com trânsito de animais e o vínculo causal entre o evento danoso e o comportamento estatal - requisitos cumulativos geradores da responsabilidade civil do Estado -, rever tal entendimento, firmado no acórdão recorrido, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.

(...)

5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1247453/MS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe, 29.5.2012)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE.

DESNECESSIDADE.

1. Hipótese em que o Tribunal local asseverou (fl. 83, e-STJ): "O pleito reparatório está embasado na omissão da administração pública em não promover a manutenção, fiscalização e segurança das vias públicas, devendo responder pelos danos materiais, físicos e morais causados ao autor da ação".

(...)

4. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, afastando o consignado no acórdão a quo de que a omissão na Administração Pública em não promover a manutenção, fiscalização e segurança das vias públicas ocasionou danos materiais e morais ao autor da ação, atraindo sua legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, seria necessário exceder

Superior Tribunal de Justiça

as razões naquele colacionadas, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

(...)

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido(REsp 1755103/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe, 27.11.2018).

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator